



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

MARIA EDUARDA NÓBILE PAIVA

**ANÁLISE FILOSÓFICA COMPARATIVA: MORAL E ÉTICA SÓCRÁTICA
CONTRAPOSTA À CONTEMPORÂNEA**

Assis/SP

2019



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

MARIA EDUARDA NÓBILE PAIVA

**ANÁLISE FILOSÓFICA COMPARATIVA: MORAL E ÉTICA SÓCRÁTICA
CONTRAPOSTA À CONTEMPORÂNEA**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão.

**Orientanda: Maria Eduarda Nóbile Paiva
Orientador: Luciano Tertuliano da Silva**

**Assis/SP
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

P149a PAIVA, Maria Eduarda Nóbile
Análise filosófica comparativa: moral e ética socrática contrastada à contemporânea / Maria Eduardo Nóbile Paiva. – Assis, 2019.

50p.

Trabalho de conclusão do curso (Direito). – Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA

Orientador: Ms. Luciano Tertuliano da Silva

1. Moral 2.Ética 3.Filosofia-moral X ética

CDD109

**ANÁLISE FILOSÓFICA COMPARATIVA: MORAL E ÉTICA SOCRÁTICA
CONTRAPOSTA À CONTEMPORÂNEA**

MARIA EDUARDA NÓBILE PAIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: _____
Luciano Tertuliano da Silva

Examinador: _____
Jesualdo Eduardo de Almeida Junior

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu avô José Roberto e minha avó Maria Inêz, pelo amor e fé que depositam em mim.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por todo respaldo dado para minha formação intelectual e pessoal.

Ao meu noivo Diogo, que sempre me encoraja e apoia.

Ao meu orientador e professor Luciano Tertuliano da Silva, que me inspirou na realização deste trabalho.

“O envergonhar-se de sua imoralidade é um degrau na escala cujo o todo é envergonhar-se de sua moralidade”

Friedrich Nietzsche

RESUMO

A presente pesquisa aborda a filosofia moral socrática representada por Sócrates, Platão e Aristóteles, e a filosofia moral contemporânea figurada em Nietzsche, Schopenhauer e Sandel, a fim de ilustrar as benesses e a pragmática derivadas de ambos os períodos filosóficos. Desse modo, busca-se apresentar uma análise comparativa, com o objetivo de determinar a vertente filosófica que exerce maior influência prática na atualidade.

Palavras-chave: Filosofia moral socrática; Filosofia moral contemporânea; Análise comparativa.

ABSTRACT

This research discusses the Socratic moral philosophy represented by Socrates, Plato and Aristotle, and the contemporary moral philosophy figured in Nietzsche, Schopenhauer and Sandel, in order to illustrate the benefits and pragmatics derived from both philosophical periods. Thus, it seeks to present a comparative analysis, with the objective of determining the philosophical aspect that exerts greater practical influence nowadays.

Keywords: Socratic Moral Philosophy; Contemporary moral philosophy; Comparative analysis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. PERSPECTIVA DA MORAL E ÉTICA SOCRÁTICA.....	13
2.1 MOMENTO HISTÓRICO.....	13
2.2 SÓCRATES.....	14
2.3 PLATÃO.....	18
2.4 ARISTÓTELES	22
3. PERSPECTIVA DA MORAL E DA ÉTICA CONTEMPORÂNEA	26
3.2 MOMENTO HISTÓRICO.....	26
3.3 FRIEDRICH NIETZSCHE	27
3.4 ARTHUR SCHOPENHAUER.....	33
3.5 MICHEL J. SANDEL	38
4. A ÉTICA E A MORAL SOCRÁTICA EM OPOSIÇÃO À CONTEMPORÂNEA.....	44
5. CONCLUSÃO	48
6. REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida com o intuito de apresentar a moral e a ética socrática em oposição à contemporânea, no sentido de demonstrar a prática e a influência de ambas as vertentes, a fim de buscar responder ao embate sobre qual delas teria maior alcance atualmente.

A ética e a moral atuam no mesmo campo filosófico, mas diferenciam-se no tocante à abrangência de atuação. A ética é o raciocínio crítico sobre temas morais, e a moral tem as suas raízes próximas ao discurso mítico, sendo alvo de apreciação em escala reduzida.

Pode-se afirmar que toda reflexão ética é moral, mas nem todo pensamento moral é ético. Desse modo, as questões éticas são necessariamente sobre temas morais, mas a questão moral não necessita, essencialmente, da apreciação crítica da ética para ser uma questão moral.

A moral surge nas sociedades primitivas como regra prática, que possibilita a convivência em sociedade, de acordo com finalidades de ordem pragmática e funcional. Durante a evolução humana, os homens foram capazes de valorar os objetos e experiências, o que possibilitou a diferenciação do bem e mal construindo, assim, os primeiros traços da experiência moral, criando também os costumes que possuem grande influência sobre temas morais.

As questões éticas surgem como resultado imediato da moral, sendo uma forma normatizada da moral, que busca ter força imperativa através do crivo racional, distanciando-se de forma sutil da moral.

Na história ocidental, temas éticos e morais surgem de forma mais incisiva e organizada a partir das discussões de filósofos gregos, principalmente os humanistas, como socráticos, os quais propõem-se à apreciação de tais temas sob prisma racional, buscando a excelência moral do homem.

A moral e a ética sempre foram alvo dos mais diversos filósofos, sendo, até os dias atuais, temas os quais geram diversas discussões. Por tal motivo é de

grande importância analisar-se as diferenças e benesses que as mais diversas correntes filosóficas trazem sobre tais assuntos, extraíndo delas o conhecimento que foi desenvolvido durante muitos séculos.

2. PERSPECTIVA DA MORAL E ÉTICA SOCRÁTICA

2.1 MOMENTO HISTÓRICO

O nascimento da filosofia socrática se deu na Grécia Antiga. Iniciada pelo filósofo Sócrates, ganhou destaque por aprofundar-se em temas antes não tratados pela vertente filosófica anterior, o naturalismo, propondo temas de cunho moral, configurando, assim, o chamado humanismo ético.

A filosofia socrática traz ainda mais dois filósofos de grande peso, Platão e Aristóteles, os quais seguem na mesma direção de Sócrates, buscando tratar, principalmente, do modo a chegar-se na excelência moral do homem. Propôs também a quebra do senso comum, através de métodos que buscassem aferir a verdade de modo racional.

Os filósofos que representam esta filosofia, são o pilar essencial da filosofia ocidental, tendo repercussão até os dias atuais.

2.2 SÓCRATES

Sócrates foi o filósofo grego que deu início à vertente filosófica socrática, que é marcada pela presença de uma filosofia enquanto ciência racional, que tem como marca questionamentos quanto à moral e à ética. Foi mestre de Platão, que também se destacou como filósofo socrático (PASSOS, 2017, p.125).

Sócrates tinha como ideal máximo a busca pela verdade, a proliferação do conhecimento e o aprimoramento moral. Para tanto, possuía como método para chegar ao conhecimento e, em consequência, à verdade, a necessidade de um interlocutor, podendo ser um discípulo, buscando semear dúvidas e, desse modo, dar início à busca racional pela verdade, nunca dando respostas prontas, proporcionando, assim, a autoconsciência como decorrência da necessidade de compreensão autônoma. Cada vez que novas ideias eram geradas, outras dúvidas surgiam, até o ponto de chegar a um ideal racional.

O método acima foi nomeado de dialógico, que busca eliminar os vícios do pensamento e o senso comum. O método dialógico, em sua essência, tem como objetivo levar a verdade através da maiêutica, que significa o parto das ideias que, por sua vez, advém do questionamento, com a ruptura dos pensamentos incutidos desde a infância, que não são fruto de reflexão, apenas de imitação. Por meio então do método citado, é possível ter-se o amadurecimento dos pensamentos, que sofreram, com a quebra do senso comum, o parto de novas ideias envoltas de conhecimento e verdade.

Com a aplicação de tal método, Sócrates possibilitou um novo olhar sobre assuntos considerados como verdade, explicados antes de forma simplista, pois advindos de interpretações míticas. Entretanto, com a postura inquisitiva socrática, puderam ser refutadas através da chegada da maiêutica.

Sócrates inquiria sobre os valores morais, sobre o certo e errado, o porquê destes valores, se havia coerência entre eles, levando a diversos temas que tem

profunda relação com a moral, como a felicidade. Nessa perspectiva, revolucionou a forma de questionar sobre as coisas do mundo e, principalmente, sobre as ações humanas, sendo o pilar fundante do pensamento científico, dando início à chamada teoria do conhecimento.

O filósofo em questão não se importava com classe social quando ministrava aos seus alunos, muito menos com o local; falava a todos que se interessavam, poderia ser em praças públicas, bosques e em ruas (PASSOS, 2017, p.128). Esta postura de Sócrates foi mais uma das várias características que marcaram seu legado, pois na época em que viveu, o ensino só era transmitido àqueles que possuíam recursos e as lições eram dadas em lugares fechados.

Sócrates, também, tomava como ponto de partida que a alma era o centro do processo educativo, sendo aquilo que direciona a ação humana, podendo ser comparada à consciência. Assim, explicitava a importância da autoconsciência, pois a alma sendo individual, seria um trabalho pessoal alcançar o conhecimento (PASSOS, 2017, p.130).

Em busca da autoconsciência, o filósofo afirmava que para chegar a tanto, o mestre deveria se limitar a ser orientador, atuando, portanto, de forma passiva. Quando assume esse status, permite autonomia para seus discípulos formarem seu próprio conhecimento, dando liberdade ao pensamento e possibilitando verdadeira reflexão, não apenas imitação.

Sócrates também é conhecido como inimigo dos Sofistas, que eram mestres dos filhos da elite, os quais impunham um certo preço para transmissão de seus conhecimentos. Sócrates, porém, era árduo crítico de tal método, pois os Sofistas tinham grande preocupação com a retórica, mas não se preocupavam em extrair o conhecimento e a verdade do mesmo, criando, assim, uma filosofia inconsistente, sem base racional e intimamente ligada à repetição sem consciência, permissivos com a ignorância (PASSOS, 2017, p.133).

A filosofia sofista, após do advindo de Sócrates, entrou em decadência, como afirmado pelo professor e mestre Luciano Tertuliano da Silva: “[...] o ceticismo instrumentalizado pelo relativismo absoluto e o menosprezo pelos padrões já estabelecidos fez o discurso sofista cair em descredibilidade a partir da escola socrática, pois Sócrates era ferrenho antagonista dos sofistas e dedicara boa parte

de seu tempo para provar que nada sabiam, a despeito da espertize autointitulada” (SILVA, 2013, p.6).

Apesar das críticas assertivas aos Sofistas, eles tiveram um papel de destaque, por serem os primeiros pensadores a se preocupar com questões mais incisivas quanto ao ser humano, inaugurando a filosofia humanística. Sócrates vinha na contramão do pensamento Sofista, pois conforme mencionado acima, ele tinha forte convicção na importância da busca da verdade, na primazia do conhecimento, na importância da autoconsciência e, também, na posição do mestre, mas não como os sofistas, que se punham como transmissores do conhecimento. Para o filósofo, o mestre é aquele que ilumina o caminho para o discípulo chegar ao conhecimento, além de repudiar a vinculação financeira aos propósitos da filosofia.

Outra característica formadora da moral socrática, é o reconhecimento da própria ignorância, de modo que Sócrates tomou para si a tarefa de fazer com que os homens tomassem consciência do seu próprio não-saber, proporcionando, assim, o distanciamento das ideias infundadas e abrindo espaço para as dúvidas (REIS, 2008, p.35).

Quando Sócrates assume a postura de reconhecer o seu próprio não-saber, incentivando outros a fazer o mesmo, levanta dúvidas e tentativas de respostas, o que é essencial para construção de todo o seu método, até a chegada da maiêutica. A quebra da falsa confiança de saber é que leva à quebra do senso comum.

Ser um sujeito moral na concepção socrática, exige a procura de ser bom, justo e sábio. A busca pela moral deve ser animada unicamente pela vontade de fugir da ignorância, a qual Sócrates relaciona como causa de todo o mal (PASSOS, 2017, p.138).

Em observância com o analisado nos parágrafos anteriores, é possível ver a importância do autoconhecimento, de como é necessário questionar-se sobre tudo aquilo que se acredita ter como verdade, desconstruir tudo que advém da repetição e, através do método dialógico, fazer uma nova construção da verdade e do conhecimento pautados em valores universais. Isso por si só forma a moral, que ganha status através do conhecimento consciente, que levará o ser humano à sabedoria, ao que é bom e ao justo, podendo, assim, chegar à excelência moral.

Desse modo, é de suma importância atentar-se para a necessidade do conhecimento consciente, para que as ações tenham valor moral.

Sócrates deixou marcas profundas na Filosofia, sendo seu legado celebrado até os dias atuais, não apenas pelo modo que reinventou a maneira de pensar da humanidade como um todo, mas, principalmente, no que tange à cultura ocidental.

2.3 PLATÃO

Platão foi filósofo grego, discípulo de Sócrates, que ganhou notoriedade por aprofundar-se na teoria do conhecimento, tendo incisiva influência de seu mestre em seus trabalhos filosóficos. Além disso, Platão demonstra, através de suas obras, ter se inspirado também em Pitágoras, que foi filósofo da corrente naturalista, o qual trouxe para a obra platônica princípios lógicos e metódicos (PASSOS, 2017, p. 151),

Platão assume a postura socrática, principalmente em relação à valorização do ser humano como objeto de estudo, tendo como um de seus objetivos a busca da excelência moral do homem. Tomou para si a proposta de Sócrates para chegar ao conhecimento por meio de diálogo, amadurecendo o método dialógico e nomeando-o de dialética (PASSOS, 2017, p. 151).

Platão criou a chamada “Alegoria da Caverna”, a qual diz respeito a um grupo de pessoas que vivem na escuridão de uma caverna, presas a grilhões desde o nascimento, podendo apenas observar os reflexos que surgem na parede, em decorrência de uma fogueira que ficava acesa nesse ambiente. Um desses prisioneiros conseguiu fugir e observar o mundo fora do ambiente cavernoso. Quando alcançou o mundo exterior, percebeu que as coisas que via refletidas naquela parede não eram realmente do modo como enxergava no interior da caverna; eram apenas sombras de uma realidade muito diferente do que imaginava (PASSOS, 2017, p.155).

A “Alegoria da Caverna” transmite uma mensagem que pretende fazer com quem a lê, a refletir sobre até que ponto as próprias convicções são verdadeiras, pois no caso dos habitantes daquela caverna, que viviam na escuridão da ignorância, tinham como certeza que as imagens que viam nas paredes da caverna eram reais e as tinham como a verdade, até o momento em que o prisioneiro foge e a luz do conhecimento o toma, levando-o a enxergar a realidade, a verdade e a (re)conhecer aquilo que via refletido.

Platão, assim como Sócrates, considerava o conhecimento como algo de mais alta importância. Desse modo, também considerava que o conhecimento levaria ao mundo ideal, ao bem e que o ato de conhecer deveria vir de modo autônomo, ter como impulso a própria busca do conhecimento.

Para complementar a ideia transmitida pela “Alegoria da Caverna”, Platão discorre sobre a existência de dois mundos. O primeiro, chamado de mundo das ideias, é aquele que possui aspecto permanente e universal, sendo regido pela razão, livre da ignorância, remetendo ao ambiente fora da caverna. O segundo, mundo sensível ou também chamado mundo físico, é o mundo dos fenômenos, da aparência, do que parece ser, mas não o é; alusão ao ambiente dentro da caverna, permeado pela falta de conhecimento verdadeiro (PASSOS, 2017, p.157).

Na concepção do filósofo, para atingir o mundo das ideias há a necessidade premente do reconhecimento da ignorância enquanto vício moral da alma. Para Platão, a percepção da própria ignorância é o caminho para o conhecimento de um mundo justo, bom e verdadeiro.

O mundo sensível é proporcionado pelos sentidos físicos em contato com fenômenos concretos, que apenas compreende opiniões passageiras e contraditórias; já o mundo das ideias, é o responsável pela compreensão de tais fatos, de forma a proporcionar a concepção de uma ideia verdadeira e imutável. Platão utiliza dessa visão binária entre dois mundos, para ilustrar a dualidade das vivências cotidianas, pois o mundo sensível é aquele que representa as vivências corriqueiras, as quais não passam pelo filtro da reflexão, apenas sendo experiências que são explicadas pelo senso comum, não dedicando a elas ponderação; já o mundo das ideias necessita da reflexão de tais experiências e de tudo mais que nos rodeia, carecendo de um senso crítico.

Platão também apresenta uma teoria que diz respeito ao conhecimento; inata desde o nosso nascimento. Ele dá a alma o status de razão, considerando-a responsável pela racionalidade e pelo armazenamento do conhecimento, crendo que em tempo anterior a criação do corpo físico, a alma já conhecia o plano das ideias. Para chegar ao real conhecimento, seria necessário ativar, pela dialética, as lembranças esquecidas pela nossa alma; deu nome a esse exercício dialético o nome de processo de reminiscência (PASSOS, 2017, p.160).

Platão, assim como seu mestre, toma a alma como sujeito ético, pois como foi pontuado acima, a alma é detentora da razão, é a que possibilita o processo de conhecer e, assim, criar valores com significância moral e ética. Para o filósofo, o conhecimento que a alma possui deriva similarmente de reflexão interior, remetendo ao autoconhecimento pregado por Sócrates. Também metaforiza a capacidade da alma de conceber novos conhecimentos, a “grafia na alma”. Sendo assim, é possível interpretar que a alma, enquanto estrutura viva, pode conceber novos conhecimentos pelo exercício racional, derivado da análise interior e como sujeito ativo, deixando marcas na alma, tal como uma grafia em um pergaminho ou tábua de argila (PASSOS, 2017, p.163).

A concepção dada por Platão, de a alma enquanto fonte da razão e estrutura viva, demonstra o caráter metafísico de sua teoria, que tenta explicar a fonte da capacidade racional do ser humano.

Quando da concepção de valores universais, alcançados na esfera do mundo das ideias, culminando na criação de juízos éticos, estes devem necessariamente ser aplicados na esfera da vivência social.

Platão dá grande destaque à política, pois para ele aquele que alcança a luz do conhecimento, tem a função ética de participar da vida política de sua sociedade, buscando a felicidade geral. Sob essa perspectiva, Platão acreditava que o sujeito ético, que passou por tantos percalços para alcançar o conhecimento e a verdade, seria, enquanto cidadão, o mais capaz para gerir o que ele denomina de “Cidade Ideal”. Tal cidade alcançaria o mais alto nível de harmonia e de justiça, onde os que nela habitassem viveriam o bom e o belo, regidos pela figura do “Rei Filósofo”, o qual seria o líder mais indicado para alcançar tal proeza (PASSOS, 2017, p.169). Desse modo, o filósofo via estreita ligação entre o homem sábio e o governante da “Cidade Ideal”, crendo que quando o homem se desvencilha da ignorância, torna-se um bom homem, o qual agirá corretamente e em prol de toda a sociedade.

Platão também defende a ideia, do que hoje denominamos de igualdade de gênero, já que sustenta a equidade entre homens e mulheres no que diz respeito à formação filosófica e cidadania (PASSOS, 2017, p.177). Além disso, afirma a possibilidade de a mulher exercer o papel de maior destaque dentro de uma sociedade, a de “Rainha filósofa”, tomando para si o papel de líder. É notável essa

perspectiva da filosofia platônica, pois quando idealiza a cidade perfeita e justa, coloca a mulher em papel de destaque. Aspecto que surpreende sobretudo quando se sabe que a mulher na sociedade grega não tinha direito à cidadania e, muito menos, se pensava em alçá-la a líder política. Mas Platão tinha forte convicção de que o conhecimento e a razão, são as únicas forças capazes de produzir harmonia suficiente para a criação de uma sociedade ordenada, na qual devessem imperar a sapiência, a coragem, a temperança e a justiça (PRUDENTE, 2019, s.p.).

Tendo em vista a grande preocupação de Platão, na formação de um indivíduo apto para gerir a “Cidade Ideal”, fica explícito que sua filosofia moral é voltada não só para excelência moral do indivíduo, mas também pela formação moral de toda coletividade, por meio de um líder com características éticas e morais.

Em suma, Platão concorda em vários aspectos com seu mestre Sócrates, em relação à importância de não se aceitar o conhecimento advindo da repetição, buscando-se sempre o conhecimento que vem da reflexão, a partir do processo dialético e da teoria da reminiscência. A filosofia platônica também inova ao trazer a separação entre o mundo sensível e o mundo das ideias, a figura da “Cidade Ideal”, a igualdade de gênero e diversos outros pontos. Desse modo, Platão contribuiu de forma decisiva na filosofia ocidental, sendo fonte de inspiração para diversos filósofos, dentre eles Aristóteles.

2.4 ARISTÓTELES

Aristóteles foi filósofo grego, discípulo de Platão e ficou conhecido por sistematizar e organizar a teoria do conhecimento, iniciada por Sócrates e aprimorada por Platão, tendo um olhar centralizado para temas políticos, sendo o responsável pelo nascimento das Ciências Políticas (PASSOS, 2017, p.189).

A filosofia aristotélica parte do princípio de que o ser humano é um animal político, imbuído de racionalidade e de valores morais. Assim como Platão, concebia a necessidade da busca da excelência moral para a convivência social harmônica; também trazia consigo a ideia de que a alma é sujeito moral consciente, responsável pela racionalidade. Em outras palavras, Aristóteles, em sua concepção moral, afirma que o homem, além de ser um animal racional, é também um animal político, de maneira que não consegue viver isolado em sua própria consciência, necessitando do contato social (REIS, 2008, p.48).

A filosofia de Aristóteles abrange diversos temas, como questões antropológicas, metafísicas, psicológicas, entre outros tópicos, fugindo da exclusividade ao campo ético, ao contrário de Sócrates e, em certa, medida de Platão. Para Aristóteles, a vida em sociedade é imprescindível para a formação ética do indivíduo, sempre focado na ideia de procurar atender ao bem comum, sendo o bem por si a finalidade suprema do aprimoramento ético-moral.

Com a intenção de melhor organizar seu estudo ético, Aristóteles divide os campos de conhecimento responsáveis pela aprimoração do ser humano como animal racional, em saber teórico e o saber prático ou poiético. O saber teórico diz respeito à física e a lógica, já o saber prático inclui a ética e a política (PASSOS, 2017, p.194). É importante salientar neste ponto que a lógica é um instrumento aplicável para a investigação científica, sendo uma ferramenta necessária para construção de todo conhecimento baseado em fatos científicos.

A divisão entre saberes demonstra a atitude organizada e metódica de Aristóteles, evidenciando a clareza de sua concepção filosófica. O saber teórico ou

teórico está ligado àquilo que independe da deliberação humana para sua existência, como os fenômenos e seres naturais, os quais possuem leis estáveis regidas pela própria ordem cósmica (PASSOS, 2017, p.195). A partir dessa concepção, é possível compreender que os seres regidos pelas leis naturais, ao contrário do ser humano, não podem ser inseridos em uma nova ordem que não a natural. Nesse contexto, o estudo do saber teórico é a busca pela compreensão dos fatores naturais, os denominados juízos de fato. Aristóteles, considera o hábito uma notável forma de conhecimento, sendo uma capacidade que diferencia o homem de outros seres, pois com o hábito é possível a aprendizagem de certas tarefas e a transmissão do que foi aprendido. Tal conceito é exemplificado por Aristóteles com uma pedra. A tendência, pela sua natureza, é sempre se mover para baixo, independente de quantas vezes seja jogada para cima; ela não se habituará a mover-se para cima (PASSOS, 2017, p.195).

Quando analisado o saber prático ou poético, fica explícita sua relação com fatores que sofrem direta intervenção humana, sendo construído nas esferas social e cultural. Este campo, Aristóteles subdivide em dois conceitos: a *práxis* e a *técnica*. A *práxis* não distingue a ação da finalidade. Sendo assim, a ação está intimamente ligada com a finalidade pretendida, pois se faz algo com a intenção definida. Esta situação pode ser exemplificada com um escritor, o qual escreve seu livro para que seu conteúdo seja transmitido, isto é, já possui a finalidade em mente. Já a *técnica* diz respeito à ação que não tem finalidade definida, apenas se faz a ação sem ter-se um propósito em mente. Este caso pode ser ilustrado por um pedreiro, o qual constrói um prédio, não sabendo o fim para que este será usado.

Neste ponto, é possível concluir que a *técnica* é a simples imitação, sem reflexão, não sendo necessário ter-se o conhecimento técnico para a busca interior pelo conhecimento, sendo possível adquiri-lo de forma mais simplista, pela repetição. Assim, o estudo técnico não compreende a filosofia moral aristotélica. A *práxis* possui maior valor para o estudo ético-moral, pois ela é fruto de reflexão consciente, criando os chamados juízos de valor e ou juízos morais.

Aristóteles considera as ciências práticas integradas à ciência política, já que tal ciência, em sua concepção ética, tem como fim a orientação pragmática do homem para alcançar sua perfeição moral, de modo que a junção entre ética e política possibilita a convivência social pacífica e feliz. (PASSOS, 2017, p.198).

O filósofo em discussão apresenta como o bem supremo a felicidade, ou seja, a busca pelo prazer pleno que, no entanto, só pode ser alcançada se a felicidade for geral, isto é, se chegar a todos - o bem comum. Para tanto, a organização harmônica da *polis* (cidade) deveria ser regida por um governante justo e capaz, dentro de uma forma de governo adequada.

A filosofia aristotélica, acredita que para conceituação e explicação de fatos e fenômenos é necessário o conhecimento teleológico, ou seja, conhecer-se o fim a qual se destina as ações e todas as coisas. Nesse contexto, Aristóteles concebe a ideia de que a virtude pressupõe o conhecimento do bem, que é o caráter ético do conhecimento. Assim, a finalidade geral da ética seria abranger a moralidade em seu aspecto teleológico final, que seria o bem comum, e também a investigação das ações humanas e suas questões morais.

O bem comum, desse modo, deve sobrepor-se a qualquer interesse ou motivação particular, pois capaz de trazer a real felicidade a todos da *polis*, já que a felicidade individual depende de questões ligadas à felicidade familiar, felicidade do concidadãos e à felicidade dos amigos, não sendo possível obter-se a felicidade isoladamente e nem tornar-se um indivíduo em seu máximo esplendor moral de modo solitário e nem sem a consciência da importância do bem comum. O ser humano enquanto animal político não admite a vida fora de um contexto social.

Para Aristóteles, a excelência moral consistia, portanto, na moderação, considerando que a excelência moral é a aproximação do bem, sendo o bem o meio termo, o equilíbrio, um lugar entre os extremos. Já o vício moral, tudo aquilo que é excesso, que é extremo, ou seja, o mal não seria o oposto do bem e sim aquilo que é excessivo, um real mal da alma (PASSOS, 2017, p.205). Tal perspectiva marca a sua filosofia moral: o bom como equilíbrio e o mau como excesso. Assim o homem bom é o homem moral.

Aristóteles também considerava a prudência uma virtude intelectual, que servia como guia para a conduta prática dos homens. Para aprendê-la seriam necessário tempo e experiência (PRUDENTE, 2019, s.p.). A prudência e o equilíbrio seriam, desse modo, qualidades de extrema necessidade para o responsável em gerir a *polis*, pois com tais qualidades seria capaz de promover a felicidade para todos, chegando à finalidade suprema do bem comum.

O filósofo também foi o responsável por dar status de ciência à filosofia, pois deu aos assuntos filosóficos como a ética, um tratamento sistemático e aprofundado (REIS, 2008, p.49). Ao aprimorar a teoria do conhecimento, trouxe diversas complementações filosóficas à filosofia socrática, valendo-se do conteúdo criado por Sócrates para o entendimento de diversas questões atuais.

3. PERSPECTIVA DA MORAL E DA ÉTICA CONTEMPORÂNEA

3.2 MOMENTO HISTÓRICO

A filosofia contemporânea abrange um grande espaço de tempo, sendo dividida em duas tendências: analítica e continental. A filosofia analítica surge ao final do século XIX com concepções mais pragmáticas e herdeiras do positivismo, com influência da lógica; já a filosofia continental abrange temas como o existencialismo, fenomenologia, marxismo, dentre outros (GHIRALDELLI JUNIOR, 2017, s.p.).

No ano de 1985, surgiu **O discurso filosófico da modernidade**, escrito por Jürgen Habermas, o qual trouxe à tona a discussão se a filosofia estava ou não em uma condição pós-moderna. Nessa ocasião, chegou à conclusão de que Nietzsche foi um dos marcos iniciais da contemporaneidade (GHIRALDELLI JUNIOR, 2017, s.p.).

Os autores quando conceituam a filosofia contemporânea mostram certa dificuldade em determinar o início ou fim desse período. Até o momento, a filosofia está na fase contemporânea, entretanto, dada a pluralidade de correntes filosóficas presentes na contemporaneidade, uma análise linear e coesa da filosofia contemporânea ganha complexidade.

3.3 FRIEDRICH NIETZSCHE

Friedrich Nietzsche foi filósofo alemão, que ganhou destaque por suas percepções filosóficas controversas. Em seu livro **Além do Bem e do Mal** (2012), o autor faz uma crítica ácida à dialética, método muito celebrado pelos filósofos, principalmente os da filosofia clássica grega. Também critica fortemente as ideias kantiana, questionando a necessidade de acreditar em juízos sintéticos, tese a qual Kant defendia, ainda repudiando seu moralismo puritano.

Questiona sobre a verdade, que foi alvo de várias discussões filosóficas no decorrer do tempo, acreditando que a ideia de verdade não passa de uma avaliação superficial de importância reguladora, que, na verdade, não possui mais valor que a ilusão e o indeterminismo. Nietzsche ainda expõe que a filosofia é nada mais do que o reflexo da crença moral de quem a faz, acreditando ainda que a moral do filósofo dá testemunho da ordem hierárquica em que estão colocados os mais íntimos impulsos de sua natureza. (NIETZSCHE, 2012, p. 21). As afirmações acima apresentadas, justificam a crença do filósofo de que o ser humano ainda cria mitologias, inventando causas, a liberdade, o motivo, o fim, misturando as coisas reais com o mundo de signos (NIETZSCHE, 2012, p.32).

Em relação a moral, Nietzsche concebe que este é o ponto central que impede descer às “profundidades”, pois o preconceito moral “[...] operou prejudicando, impedindo, cegando e torcendo as ideias” (NIETZSCHE, 2012, p.34).

Em análise, Nietzsche tece críticas a tudo que diz respeito aos conceitos filosóficos clássicos ou puritanos, buscando uma concepção filosófica sem entraves, algo que escancare a real face da moral, que possa criar o novo dentro da filosofia.

Ainda em mais um de seus dizeres controversos, Nietzsche afirma que o ser humano vive em pura falsidade, tentando a todo custo tornar as coisas que o rodeia as mais simples possíveis, acreditando que a hipocrisia é o enxague da moral e o erro é inerente a vida. Para ele, a ciência que se propõe a simplificar e facilitar as coisas da vida, ama o erro. O filósofo não considera tal qualidade positiva, pois quando a ciência se propõe em criar um mundo simplista e atingir a verdade, torna o

mundo totalmente artificial e, como dito antes, repleto de signos. Nietzsche zomba, ainda, da busca pela verdade repetidas vezes, considerando uma coisa perigosa e que “imbeciliza” quem a defende e a persegue, já que tal atitude encarcera o filósofo, retirando o poder do aceite de críticas, reduzindo-o.

De maneira geral, Nietzsche usa um tom ácido e de troça ao refutar a inocência daqueles que se põe como donos da razão e perseguidores da verdade, concebendo que nas afirmações há muito menos razão do que nas dúvidas, ridicularizando aqueles que se põe em posição de suprema sensatez.

Desse modo, Nietzsche se propõe a lançar à filosofia um novo olhar, isento de tanta ingenuidade, em que o filósofo não se deixe permear por ideias pré-concebidas, que os preconceitos morais não o toquem; nesses pressupostos estão a essência revolucionária da moral de Nietzsche.

Acreditava, ainda, que a vontade de potência, ou seja, a força motora da busca pela sobrevivência, é aquela que propulsiona toda nossa evolução, não sendo à vontade por conhecimento e sim a vontade de sobreviver que nos leva a adaptar para o conhecimento.

Em sua percepção, a religiosidade é o freio do homem. O que nos faz negar a nossa própria natureza, o que nos impede de colocar-nos além do bem e do mal e de, assim, termos uma moralidade mais condizente com a nossa essência humana. Crê que as futuras gerações superarão os preceitos cristãos e conseguirão driblar o moralismo dogmático, destravando, desse modo, o pensamento. Para ele, a religião é para os fortes instrumento de domínio e, para os fracos, meio de proteção.

Também tinha a percepção de que a moral, dada pelos filósofos, era limitada pela classe, religião, o clima do país, sua época, e tantas outras situações específicas que dificultam o alcance dos verdadeiros problemas da moral, que só seriam expostos com a junção de muitas morais (NIETZSCHE, 2012, p.99). Em razão disso, nota-se que para o filósofo a fé não é veículo para alcançar a real essência da moral, e nem fatores relacionados a especificidades locais. Nietzsche, ainda defende que quando há a definição de certas morais, não ocorre uma análise integral dos fatos que a compõe, pois do mesmo modo, que ao se ver uma parte de um objeto, não tento a possibilidade de vê-lo por inteiro, imagina-se o restante deste, a mesma coisa ocorre com a observação de acontecimentos, os quais não se tem a

observação completa sensorial, dando sentido a eles sem realmente analisa-los integralmente, de tal maneira compondo uma moral baseada em fatos incompletos. Nesse prisma, considera ainda, que a moral é uma tirania contra a natureza e a própria razão, pois esta pretende exercer uma coação, afunilando a perspectiva sobre os fatos, voltando à ideia do preconceito moral como entrave do pensamento filosófico.

Ainda toca na questão da propriedade e da necessidade de obediência. Quanto ao primeiro aspecto, afirma que mais se sabe sobre o homem quanto mais se conhece o seu modo de conceber a propriedade; o segundo, diz respeito à necessidade do homem de obedecer. Ambos os conceitos se interligam, pois há uma noção de propriedade que não se vincula apenas à coisas, mas também às pessoas. Os pais, por exemplo, exercem propriedade sobre os filhos, impondo-lhes seus valores e dando-lhes a educação de acordo com as suas crenças, evidenciando que a obediência está presente desde a mais tenra idade.

Para ele, a obediência é gerada pelo medo, que cria valores, também a moral e o instinto de rebanho, que tem relação com a maneira utilizada para chegar-se em resultados, os quais vão depender do valor social da época, de modo que aquele que não se atém a tais valores, rompendo com o instinto do rebanho e buscando resultados diferentes, ganha a alcunha de “mau”, por desvirtuar-se da moral dominante.

A todo momento fica claro o repúdio de Nietzsche a tudo que gera conformidade ou a ideia de eternidade; a perspectiva do novo é o grande libelo do livro **Além do Bem e do Mau** (2012). Apresenta-se como opositor dos valores eternos, clamando por uma nova visão da filosofia moral, sem ser barrada pela moral cristã, pela moral do rebanho ou qualquer outro meio que limite o ser humano ao óbvio e aceitável pela sociedade. Nesse contexto, o filósofo se põe a pensar por diversas vezes como será a futura geração de filósofos. O tom é otimista. Para ele, os futuros filósofos “serão mais duros”, não terão “sentimentalismo idealista”; neste ponto reconfirma seu mau gosto pelos filósofos puritanos (NIETZSCHE, 2012, p.135). Tal anseio é resumido em uma frase: “O maior será o mais solitário, o mais misterioso e o mais diferente dos outros, o homem além do bem e do mal, dominador de suas próprias virtudes, exuberante de vontade; isto deve chamar-se

grandeza: ser múltiplo e uno, juntar a máxima extensão ao máximo conteúdo” (NIETZSCHE, 2012, p.138).

A frase acima sintetiza a visão moral nietzschiana, na qual o filósofo acredita que ser moral é exercer sua própria virtude. Antes disso, no entanto, é preciso despir-se da virtude do rebanho, despir-se dos preconceitos morais impostos, do domínio social e, em destaque, da moral cristã, que atinge com força incisiva a filosofia ocidental. Pôr-se além do bem e do mal, é não se importar com que é convencionalmente bom ou mau ou com as forças que dominam os nossos valores desde a nossa infância, pois aquele que se coloca contra a moral dominante muitas vezes é mal interpretado e colocado em uma posição antagônica, simplificado como o “mau”. Dessa visão limitada, dominada por a moral vinculada a virtudes tão específicas, segundo Nietzsche, não é possível surgir nada de novo.

Em complemento ao livro **Além do bem e do mal** (2012), Nietzsche escreve **Genealogia da moral** (2018), no qual busca, etimologicamente, a origem do significado do bom e do mau, de forma que, inicialmente, já refuta qualquer ligação utilitarista com a formação de tais conceitos. Segundo o filósofo, o vocábulo bom pertence à mesma metamorfose conceitual que “aristocrata” e “nobre” que, por sua vez, advêm de “espiritualmente respeitados”; já o conceito mau, vem de “vulgar”, “plebeu” e “baixo” (NIETZSCHE, 2018, p.21). Em decorrência da notoriedade de tais significados, Nietzsche percebe que quem criou os conceitos de bom e mau, foram inicialmente as classes dominantes, os nobres, aqueles que se sentiam em grau superior aos outros, a quem denomina de “senhores”. O filósofo também frisa que, a partir do cristianismo, houve o que ele denomina de “insurreição dos escravos no campo moral”, isto é, a inversão do conceito de bom, afirmando que os sofredores, carentes e doentes tornaram-se os bons, enquanto os poderosos e nobres, os ímpios e cruéis (NIETZSCHE, 2018, p. 27). Essa inversão de valores permitiu que, neste dado momento, os escravos ou o rebanho vencessem, e a moral do homem comum se sobrepôs à moral do senhor; inversão que caracteriza reação, que provém do ressentimento.

A moral do escravo criou, portanto, o conceito do mau, o qual não é o ruim criado pelo nobre, mas o mau na moral do escravo é o bom na moral do senhor. Assim, a concepção do mau criado, posteriormente à visão do ruim, é fruto do ressentimento cultivado pelo rebanho contra o senhor (NIETZSCHE, 2018, p.34).

Nietzsche ridiculariza, assim, a moral do escravo, pois para ele é a louvação da fraqueza, uma vez que, com as ideias advindas do cristianismo - amar o inimigo, o sofrimento como condecoração, humildade e submissão -, demonstram uma passividade ante a repressão, remetendo-lhe à falsidade, já que a crença na recompensa do reino de Deus priva os homens do presente.

Assim como em **Além do bem e do mal** (2012), o filósofo repudia tudo que tem relação com os meios de dominação moral massificada, principalmente no tocante à religião: forma de domínio. Para ele, essa visão de mundo envenena toda engrenagem moral do homem, indivíduo autônomo, que pode se colocar além da moral, senhor da sua livre vontade, tendo em si o instinto dominante, o qual denomina de consciência.

Sob o prisma da justiça penal durante a história, Nietzsche analisa a relação de culpa e sofrimento que, em alemão, são definidas pela mesma palavra *schuld*. Ele conclui que há uma relação próxima entre felicidade e crueldade e que o pagamento de dívidas se deu, muitas vezes, pela dor infligida no devedor, levando à máxima que a culpa deve ser paga pelo sofrimento (NIETZSCHE, 2018, p.59). Não por acaso, o filósofo, lança-se sobre a análise etimológica das palavras, a fim de fundar uma sólida base histórica para sua teoria, mostrando-se, entretanto, sempre distante de conceitos que levem em conta a finalidade como modo de definição e explicação sobre os conceitos que envolvam o bom e o mau.

Quando se aplica a dor para punir, surge o castigo, que causa remorso, má consciência. Nietzsche, porém, não crê que o castigo provoque realmente esse sentimento, pois “[...] o castigo doma o homem, mas sem por isso o torna melhor” (NIETZSCHE, 2018, p.79). Para Nietzsche, a má consciência surgiu com a separação do homem com seu passado animal, quando a humanidade começou a se domesticar, cultivando “o sofrimento do homem com o homem em si”, lutando contra seus próprios instintos, vivendo para o futuro (NIETZSCHE, 2018, p.81). A partir dessas considerações, pode-se dizer que Nietzsche considera que a dor humana e o remorso advêm, na verdade, da tentativa de controle do homem sobre si, que a todo momento trava consigo uma luta interna, criando de tal modo uma moralidade que possa aplacar seus próprios sentimentos e instintos; moral doentia que nos faz ter vergonha dos nossos próprios instintos.

Por fim, a má consciência é a repressão dos instintos, os quais acabam por ser internalizados e, por isso, volta-se contra o próprio possuidor de tais impulsos, que adoece. Desse modo, a má consciência e a culpa surgem a partir da consolidação da moral dos escravos, a qual Nietzsche considera uma moral baseada na fraqueza e na submissão.

Concluindo, Nietzsche considera o bem e o mal construções humanas, lapidadas pela história, não crendo na possibilidade de uma moral absoluta e universal, justamente por ser constituída a partir de valores humanos e mutáveis, baseados na repressão dos instintos. Tanto em **Além do bem e do mau** (2012) quanto em **Genealogia da moral** (2018), Nietzsche aponta que a moral nega ao homem sua própria natureza. Fenômeno muitas vezes levado a cabo pela religião, de maneira que a moral é um valor artificial e, portanto, um conceito que não é intocável e nem necessariamente positivo.

3.4 ARTHUR SCHOPENHAUER

Arthur Schopenhauer foi filósofo alemão da corrente contemporânea e atuou durante o século XIX. Em suas obras são notáveis a influência da filosofia hindu, kantiana e platônica.

Em sua visão moral, deixa clara sua oposição a ideias como um princípio moral universal, ou dever absoluto, pois sua linha filosófica é baseada no estudo da vontade e na liberdade de fazê-la, afirmando que esta vontade acaba por representar o mundo de quem a tem. O filósofo ainda afirma que a maior manifestação da vontade é a vontade de viver, sendo a vontade o fundo íntimo e o mundo visível. Para ele, onde há vontade há vida (SCHOPENHAUER, 2014, p.286). Na mesma linha de pensamento, salienta que o indivíduo é apenas aparência, sendo considerado alguém somente após a definição dada através da análise intelectual; antes disso não é nada. Assim, Schopenhauer explica que as coisas são apenas o que são, pelo modo como as enxergamos, antes disso e após isso não há nada, a não ser a representação que nossa vontade fornece sobre o objeto.

Schopenhauer crê que o passado “[...] é apenas um sonho vazio da nossa fantasia” (SCHOPENHAUER, 2014, p. 293). Sendo a vida fenômeno do presente e alvo da vontade, o ontem não é alvo de suas reflexões teóricas. O filósofo prefere se ater aos fatos presentes e não históricos, pois o presente é o único em que a vontade está pulsando. Em outras palavras, Schopenhauer traz a ideia de que toda coisa é um fenômeno, um objeto e, por outro lado, há a manifestação da vontade. Quando esta ocorre, o objeto torna-se existência, formando-se, a partir daí, uma teia de causas e efeitos, não podendo mais deixar de existir (SCHOPENHAUER, 2014, p.302).

Em dado momento, o filósofo, impulsionado pela observação dos dogmas, os quais são inerentes a todas as sociedades e a todos os tempos, afirma que o ser humano necessita crer na pós morte, mesmo tendo como certeza o fim da vida. Para

ele, o homem insiste em colocar de lado tal certeza para que a ideia da morte mais o agrade, de modo a impedir que a lembrança da morte aflija a vida do ser racional.

Desse modo, o ser humano, na concepção de Schopenhauer, como qualquer outro ser na natureza, tem suas qualidades, que constituem o seu caráter, a partir do qual advém seus atos. Sendo assim, sua conduta exprime seu caráter, que é a vontade em si, da qual ele é o fenômeno (SCHOPENHAUER, 2014, p.302)

Tendo em conta as afirmações acima, nota-se que o caráter é um fenômeno por meio do qual se expressa a vontade que, por sua vez, se expressa pelos atos ou condutas. Sendo o homem, portanto, a manifestação da vontade, revelado pelas características a ele inerentes, sendo tais particularidades as responsáveis pelas vontades inatas do ser humano.

Nessa perspectiva, Schopenhauer considera a vontade como a realidade primitiva, para a qual o ser humano deve tudo o que é, princípio do seu próprio ser. É, pois, no curso da vida que aprende a reconhecer seu caráter, que a ele é inerente, sendo o conhecimento apenas luz que se lança sobre o que o ser humano já tem, seu caráter.

Ainda nesta linha de pensamento, o filósofo afirma que os motivos definem a forma com que o caráter irá manifestar-se. Assim sendo, a conduta, que é valor moral e se modifica a partir da experiência e do conhecimento, apresenta-se de forma diversa do caráter, que segue imutável desde o nascimento, pois a real vontade permanece em seu íntimo. Nessa perspectiva, Schopenhauer não crê que a vontade seja fruto de força intelectual, mas sim força que provém da individualidade do ser humano. Considera ainda que o arrependimento não diz respeito à mudança na vontade, pois não há arrependimento do que se quer e sim do que se faz. Isso porque indivíduo pode ser levado a fazer algo por erro de julgamento ou qualquer outro tipo de vício de pensamento, pois não agiu pelo querer. Nesse contexto, Schopenhauer afirma que “Mesmo aos olhos da moral, se, por efeito de qualquer teoria, de um dogma, ele produz qualquer ação demasiado nobre para seu caráter, em breve lhe sobrevém o egoísmo sob forma de arrependimento, e eis todo o seu mérito perdido” (SCHOPENHAUER, 2014, p. 320). Levando em conta essa citação, pode-se afirmar que Schopenhauer, não crê que uma atitude que contrarie o caráter

primário do ser humano possa ter algum valor moral, haja vista a relação entre a moral e o caráter.

O filósofo em análise, em tom pessimista, considera o desejo como a falta de algo, sendo a dor o desejo não satisfeito. Considera ainda como fonte de dor o tédio que, de tão potente, chega a ser alvo de políticas públicas. Além disso, afirma que quanto mais o homem conhece os fatos, a realidade e sua própria natureza mais ele sofre. Desse modo, Schopenhauer conclui que o sofrimento é a própria essência da vida, e que quando se alcança um desejo, logo surge um próximo, daí a insatisfação constante do ser humano. Não por acaso, demonstra convicção ao afirmar que toda felicidade é negativa, de modo que ela é apenas a satisfação de um desejo, ou seja, a cessação de um sofrimento. Para então haver felicidade, deve haver dor, privação ou outros tipos de aflições. Nesse contexto de desalento, há uma frase sobre o otimismo que é termômetro do seu pessimismo: “[...] é uma opinião realmente ímpia, uma zombaria odiosa, em face das inexprimíveis dores da humanidade” (SCHOPENHAUER, 2014, p.342).

Analisando o que é injustiça e suas consequências, afirma que a injustiça causa grandes dores morais, pois a injustiça é arrebatrar a vontade encarnada num corpo para colocar o objeto da injustiça a serviço da vontade encarnada em outro corpo (SCHOPENHAUER, 2014, p.351). A injustiça para o filósofo é, pois, fruto do egoísmo inerente a todo ser humano, que pode ser demonstrado pela visão que cada homem tem de si mesmo, relacionada ao pensamento que sem sua presença o mundo todo inexistente.

Schopenhauer também considera o direito sobre a propriedade um direito moral, já que desrespeitar o limite da propriedade é cometer uma injustiça e, portanto, ser imoral; o proprietário é aquele que impõe limites, cuida e melhora sua propriedade.

Nessa linha de reflexão, Schopenhauer afirma que há duas formas de manifestação da injustiça: a violência e a astúcia. Dando atenção especial à astúcia, afirma que ela é o convencimento da vontade de outrem a partir de motivos ilusórios, gerando a mentira, a qual pretende agir sobre a vontade do outro. Já a violência pode ser justificada como modo de repelir uma vontade imposta por outro a determinado indivíduo, como o direito o faz, tutelando e determinando a justiça e a

injustiça, podendo usar até da violência, em justa medida, para repelir algo injusto. Em caso semelhante, para proteger sua vontade de alguma vontade estranha, é permitido ao sujeito usar da astúcia para defender-se de qualquer tipo injusto.

Na natureza, Schopenhauer afirma que o certo e o errado ainda possuem valor, mesmo que sem o amparo do Estado, o que é possível pela chamada consciência moral, que é a consciência que cada um possui da vontade que reside em si, dependendo de cada um não cometer a injustiça (SCHOPENHAUER, 2014, p. 358).

Isto demonstra que o freio moral, dado pela consciência, é um elemento de extrema importância para convivência social e respeito mútuo entre homens.

Melhor explicando, Schopenhauer considera que a maneira capaz de refrear o egoísmo, sendo o egoísmo o prazer de saciar a vontade individual sobrepondo sua vontade ao do outro e sendo a causa da injustiça, é a capacidade intelectual do ser humano de perceber a dor do outro. O prazer alcançado através da injustiça cometida, diminui com a observação da dor alheia; assim sendo possível chegar à luz o contrato social (SCHOPENHAUER, 2014, p.360). Desse modo, a inteligência é o único modo de combater-se a individualização produzida pelo egoísmo, o qual se não combatido traz a injustiça e as moléstias morais.

Quando Schopenhauer se aproxima mais dos temas morais, após apresentar sua teoria filosófica, afirma que o bom e o mau são elementos essencialmente morais. O bom é definido como aquilo que corresponde à vontade. O mau, oposto do bom, é aquilo que não responde ao que tende à vontade. Nesse contexto, entende-se que o bom homem é aquele que em seu caráter carrega consigo a ideia de não se opor a projetos alheios e tem o impulso de auxiliar na sua execução, tendo condutas cordiais e benevolentes. O homem mau, por sua vez, é indiferente ao bem-estar alheio, preocupando-se apenas com a própria vontade, tendo, assim, tendência à injustiça. (SCHOPENHAUER, 2014, 383).

Em síntese, o filósofo não crê em dever absoluto, da mesma maneira que não crê em dogmas, uma vez que que o dogma só influenciará nos motivos da conduta, não interferindo no caráter, não sendo possível que a postura dogmática forme um homem em sua excelência moral, pois não influencia realmente na vontade. O homem virtuoso, para Schopenhauer, é aquele que consegue se livrar do princípio

da individuação, fruto do egoísmo. Nessa perspectiva, é ilusão que o homem é um ser independente e único, já que a libertação é dada pelo caráter do ser, que se reconhece em quem quer sofra (SCHOPENHAUER, 2014, p.392).

Já quando o filósofo fala sobre o homem bom, que possui virtude, associa-o à negação da vontade de viver. Na medida em que se reconhece nas dores alheias, nas suas angústias, de fazer aos outros o que faria por si, apela contra a sua vontade de ter vida, pagando o mau com o bem. Mas para manter-se nesse estado, longe do princípio da individuação, o homem virtuoso deve se abster de todos os prazeres que possam reacender a vontade e o desejo. A luta contra vontade nunca cessa. Enquanto esse homem estiver vivo - corpo é a vontade tornada objeto como representação - terá na penitência um modo de manter-se na negação da vontade de viver; ao negar a vontade liberta-se dela. Por fim, Schopenhauer considera que quando o princípio da individuação é transposto, o caráter que é fenômeno da vontade, não muda, mas é suprimido através do conhecimento e da vontade de negar o querer.

A moral para Schopenhauer é, em linhas gerais, a vontade ou a falta dela. Quando se sacia a vontade e os desejos egoístas, a moral é negativa; a abdicação total da vontade, moral positiva. Mostra-se, entretanto, determinadamente contrário a impor algum tipo de moral, por considerar a vontade livre; apenas qualifica a moral em negativa ou positiva.

3.5 MICHEL J. SANDEL

Michel J. Sandel é escritor e professor de filosofia da faculdade estadunidense de Harvard, sendo um grande estudioso da questão moral e ética, principalmente em sua ligação com a justiça. O professor Sandel parte do princípio de que a reflexão moral deve ser coletiva, mesmo que o interlocutor seja imaginário, também tendo convicção de que a filosofia deve abordar temas atuais que causam questionamentos.

No livro **Justiça: o que é fazer a coisa certa** (2014), traz diversas situações práticas e visões filosóficas, as quais levam ao leitor a questionar seus valores e a formar suas próprias opiniões que, a todo momento, entram em choque com um novo ponto de vista apresentado. A intenção do autor é levar quem lê tal obra a submeter-se a um exame crítico das questões relacionadas à moral, à ética e à justiça.

No decorrer do livro mencionado acima, o autor apresenta diversas correntes filosóficas, como o Utilitarismo, o qual restringe a questão moral a um cálculo de custo e benefício, que pretende levar à máxima felicidade, a qual está vinculado moralmente correto. Mas Sandel desconstrói, pouco a pouco, a filosofia utilitarista e o faz a partir de exemplos práticos, como quando traz à tona reflexões sobre os carros Ford Pinto. Carro compacto, um dos mais vendidos da Ford nos anos 70, apresentava, porém, um problema: o tanque de combustível estava sujeito a explodir quando outro carro colidia em sua traseira. Assim, havia um alto índice de pessoas que se feriam ou morriam em decorrência dessa explosão. Por isso, a Ford realizou um estudo de custo e benefício, o qual levava em conta a margem de lucro que tinha com a venda, as despesas que tinha com as explosões, o que incluía um valor para a vida de quem morria e ficava ferido, e também o custo que ficaria para reparar os carros. (SANDEL, 2014, p.58). Chegou, por fim à conclusão, de que o reparo ficaria mais caro do que as vidas perdidas. Quando, no entanto, o estudo chegou a público causou uma enorme revolta, pois mesmo quando se paga pela vida perdida, isso não torna a situação moralmente aceita, mesmo que o benefício financeiro e social

seja maior. Por outro lado, como a venda dos carros aumentava o número de pessoas empregadas e a quantidade de impostos recolhidos, causava a sensação de suposta felicidade geral. Este exemplo é apenas um de vários que foram expostos para explicar a lógica utilitarista e demonstrar como a moral vai além de um cálculo racional de custo e benefício.

Sandel apresenta ainda questões que vão além da moralidade e justiça, trazendo um repertório político e econômico, principalmente quando questiona a validade do livre mercado, sua moralidade e justiça. Assim, mostra a visão dos libertários, que são aqueles que acreditam numa liberdade ilimitada, na qual o ser humano é livre para tudo aquilo que desejar, desde que não prejudique o próximo. Os libertários também são favoráveis ao Estado Mínimo, que é aquele que preza pela mínima interferência estatal em questões de cunho econômico e social, também sendo grandes animadores do livre mercado. Esse ponto de vista quando apresentado, faz surgir questionamentos a respeito sobre até que ponto somos, de fato, senhores de nossa vontade, isto é, se somos realmente livres.

Por essa ótica, são apresentadas uma série de situações; um desses exemplos é o serviço militar compulsório e voluntário. Na percepção dos libertários, o primeiro é injusto e uma forma de escravidão, já o segundo, um meio de se exercer a liberdade. A respeito desse ideal libertário, é possível questionar a sua legitimidade, pois quando indica que serviço militar voluntário é um ato de livre vontade, não se leva em conta que, muitas vezes, quem se alista não tem realmente opções válidas, dado que a grande maioria dos que se alistam são pessoas em situação de maior vulnerabilidade econômica, além de muitos não terem completado o ensino médio e uma maioria esmagadora não terem diploma universitário (SANDEL, 2014, p.107). Seguindo essa lógica, quando alguém se voluntária ao serviço militar pode haver um vício nesse consentimento, podendo ser considerada uma coerção implícita. Assim, questiona-se há realmente justiça e liberdade nessa escolha, pois apenas os menos afortunados fazem parte das fileiras militares.

Sandel também apresenta outra questão interessante quanto à lógica do livre mercado, atingindo uma questão profundamente moral, que é a venda de órgãos. Segundo a ótica libertária seria perfeitamente possível dispor de seus órgãos, pois se é seu é seu direito fazer aquilo que bem desejar. Essa hipótese é ilustrada pela figura de um homem que doou um rim para pagar a faculdade de seu filho e queria

fazer o mesmo quando o outro filho chegou no tempo de ingressar na faculdade, ainda que isso o levasse à morte. Nesse contexto, Sandel leva os leitores a refletir: se se permitisse que este homem fizesse a venda dos seus rins seria algo moralmente aceitável. Entretanto, essa decisão equipararia o ser humano a uma mercadoria, o que leva ao desmonte da moral libertária.

Seguindo ainda a proposta inicial, que é gerar o questionamento e mostrar visões morais dissonantes, Sandel apresenta a moral kantiana, ou seja, a moral exibida sob a visão de Immanuel Kant, filósofo contemporâneo que tem uma percepção rígida da moral e é grande defensor da dignidade humana. Kant defende que para termos uma percepção real da moralidade, é necessário primar pela razão. Considera que a busca pelo prazer nos torna escravos do desejo e não nos permite ter ações realmente morais.

Para Kant, a ação moralmente correta é aquela que tem fim em si mesma e é regida pelo dever, não buscando nenhum tipo de prazer ou realização pessoal, apenas agindo de forma moral por ser o correto a ser feito. Fruto de nossa autonomia, a consciência do dever, exposta por Kant, oferece-se como uma lei pessoal que tem validade universal, alcançada a partir da racionalização pura do que é o certo a se fazer. A partir desses pressupostos, pode-se afirmar que a intenção é válida, ainda que não tenha o resultado esperado, já que a ação moral atinge o seu fim quando ela é boa por si, quando se age pelo dever de se fazer a coisa certa.

Também contrariando o Utilitarismo, de acordo com Sandel a moral kantiana considera as pessoas como fim em si mesmas e nunca como meio. Para ele, não é permitido a desvalorização do indivíduo em prol da sociedade, uma vez que considera a vida humana um bem indisponível, mesmo que a pessoa escolha o suicídio, pois o respeito é um dever e respeitar a vida é primordial.

A rigidez moral de Kant é ilustrada por um exemplo que põe um assassino na porta de uma residência, onde a moradora acolhe sua amiga que temia ser morta. O assassino então pergunta para a moradora se a amiga estaria com ela. Nessa ocasião Kant questiona se seria moralmente aceitável mentir para o assassino. Com um sonoro não, afirma que a mentira é moralmente repudiável, ainda que a mentira fosse usada como artifício para salvar uma vida. Para Kant uma resposta evasiva,

que leve ao engano, pode ser até considerada, desde que não seja mentira. Neste ponto Sandel fez questão de resgatar Kant para ilustrar que rigidez moral põe em risco a vida humana (SANDEL, 2014, p.165). Tendo em vista que a filosofia moral kantiana adensa reflexões sobre a discussão do que é certo do que é dever, acrescentando diversos conceitos à sua teoria e explicando com muita clareza a questão moral, é que Sandel parece tê-la como uma concepção defensável, ao contrário da utilitarista e a libertária.

Sandel aprofunda-se na ligação entre moral e justiça, quando nos apresenta questões de desigualdade sob a visão de John Rawls (1971), filósofo político contemporâneo, que propõe que para termos uma constituição justa, que atenda aos anseios sociais de forma igualitária, deveríamos nos cobrir com um véu de ignorância, despidendo-nos de bens, posição social, crenças. Dessa maneira nos esqueceríamos de quem somos e, nessa situação, poderíamos pensar em preceitos justos e com validade universal a serem incluídos na Constituição. Essa ideia de uma lei com validade universal aproxima-se da ideia kantiana da autonomia, já que igualmente se alicerça em uma concepção moral para demandas sociais.

Rawls também questiona o valor do consentimento, questionando até que ponto esse pressuposto torna as situações mais justas; aspecto que ganha clareza quando analisamos os contratos e a justiça. Os contratos são atos de liberalidade, na qual as partes consentem em seguir seus termos. Porém, assinala o estudioso, em um contrato sempre haverá alguém com uma posição de barganha superior, anulando, assim, a justiça de tal acordo. Para delinear essa hipótese, Sandel põe à mostra uma situação que ocorria quando seus filhos eram crianças. Nessa época, seus filhos colecionavam figurinhas de jogadores de baseball: o mais velho, que tinha mais conhecimento sobre as figurinhas mais valiosas, trocava-as com o irmão mais novo, dando a ele as menos valiosas. Apesar do consentimento do irmão mais novo, isso não torna o acordo justo (SANDEL, 2014, p.182).

Aprofundando-se na ideia de Rawls, Sandel expõe a visão desse autor sobre desigualdade, mostrando a sua recusa à ideia de meritocracia. Em síntese, afirma que a desigualdade só deve ser permitida se esta beneficiar os menos favorecidos, e que a meritocracia é uma falácia, pois numa sociedade as pessoas nunca terão as mesmas condições para alcançar seus objetivos, sejam condições de ordem física, intelectual ou financeira.

Sandel também dá atenção especial à concepção aristotélica de justiça, a chamada justiça teleológica, que busca premiar o merecedor com cargos e honrarias. Ainda sob a égide da percepção teleológica, Aristóteles considera que a política tem como objetivo central formar bons cidadãos. Para aqueles que demonstrarem maior virtude cívica receberão como recompensa cargos e honrarias, bem como destaque político.

Sandel, considera a visão teleológica um ótimo modo de buscar a justiça, demonstrando apreciar a visão aristotélica.

Outra matéria de reflexão de Sandel diz respeito à ação afirmativa, que é aquela que garante vagas em universidades ou em empregos em decorrência da raça; ação em resposta a dívidas históricas em relação aos negros. Neste ponto, Sandel debate a respeito do dever ou não de um pedido de desculpas da geração atual pelos erros passados, cometidos por outras gerações (SANDEL, 2014, p.212). Tal debate leva a apresentação de diversos pontos de vista, sobre o dever ou não das novas gerações se responsabilizarem por erros de gerações anteriores, mas o que é mais interessante é a sua visão sobre a concepção narrativa, que é considerar o indivíduo e sua concepção moral como fruto de sua história e cultura, bem como membro de uma comunidade, com a qual cria laços de solidariedade e lealdade, seja da mesma família, cidade e/ou pátria. Assim demonstra que quando temos orgulho ou vergonha de um compatriota ou de um fato histórico em nosso país, deixamos explícito o nosso profundo envolvimento com o meio em que vivemos, de tal forma que as dívidas históricas, apesar de não terem sido feitas pela geração atual, se tornam sua responsabilidade, pela história que é comum a todos os habitantes daquele lugar.

Nessa linha de raciocínio, Michel J. Sandel demonstra, com inúmeros exemplos, a nossa tendência de dar preferência àqueles com os quais compartilhamos laços culturais e histórico; exemplo disso é quando um país se propõe a fazer um resgate em zona de guerra. Quando chega o resgate, apesar de ter várias pessoas na mesma situação, os primeiros a serem resgatados serão os indivíduos daquele país.

Com esse exemplo, Sandel também deixa claro que a discussão moral sobre a predileção por aqueles com os quais se possui laços histórico-culturais comuns,

passa pela observância dos apelos de lealdade e solidariedade. Assim sendo, Sandel não concebe a ideia de neutralidade ou de regras de validade universal, pois a partir do momento em que aceitamos que as nossas ações morais e nossas noções de justiça são inseparáveis de nossa história e criação em meio cultural específico, é contraditório pensar que é possível tornar-se imune totalmente a esse meio. Defende, desse modo, não a primazia por aqueles com os quais compartilhamos vínculo, mas com o ser humano, independentemente de ligação sanguínea, histórica, cultural, ou de qualquer outra ordem. Sob essa perspectiva, há uma clara rejeição às teorias de Kant e Rawls (SANDEL, 2014, p.295).

Sob essa mesma perspectiva, Sandel também mina a ideia de neutralidade, tendo como base o pensamento aristotélico de “telos”. Segundo o autor, para se fazer justiça, deve ser apreciado o caso fático, buscando extrair de tal caso a finalidade que ele busca, assim para análise do fim buscado perante a justiça questões morais surgem, principalmente no tocante ao que é aceitável e bom ante a visão social, demonstrando que a neutralidade e o ideal libertário de não intervenção estatal em casos que envolvam a moral, são ideais intangíveis (SANDEL, 2014, 296).

Nesse contexto, Sandel faz uma afirmação notável: “Para alcançar uma sociedade justa, precisamos raciocinar juntos sobre o significado de vida boa e criar uma cultura pública que aceite as divergências que inevitavelmente ocorrerão” (SANDEL, 2014, p.322). Nesta citação, o filósofo dá destaque ao valor da comunidade para construção de uma sociedade justa e moral, fundada em princípios baseados de solidariedade e lealdade, bem como na não neutralidade do Estado para a edificação do bem comum.

Sandel encerra sua linha de pensamento contradizendo em diversos pontos grande parte das linhas filosóficas apresentadas no decorrer do livro, de modo assinalar o valor da aproximação entre indivíduos de uma comunidade e a necessidade dessa união para construir o bem comum, a justiça e uma vida moral, alicerçando seus pressupostos em uma solução não idealizada, como é o caso da crença na neutralidade, na validade universal ou na liberdade irrestrita.

4. A ÉTICA E A MORAL SOCRÁTICA EM OPOSIÇÃO À CONTEMPORÂNEA

Quando analisamos tais vertentes filosóficas, as quais possuem tamanho lapso temporal entre si, é possível observar que apesar de tão distantes, em certos termos, aproximem-se muito em outros. Exemplo disso é a percepção do homem enquanto centro de discussão filosófica e a tendência natural do homem a não alcançar a perfeição moral de maneira espontânea.

A filosofia socrática concebe, em termos inseparáveis, a excelência moral no berço da razão e do conhecimento. Nota-se que neste estágio inicial do estudo da moral, há uma grande preocupação em distinguir a filosofia do mito, de modo que os fatores racionais ganham destaque. A razão, para tais filósofos, é em si o conhecimento, o qual advém da quebra do mito e do senso comum; concepção teórica gerada pela reflexão dialética e a partir de concepções formadas de modo autônomo.

Quando analisada a vertente contemporânea, apesar de esta ter sido exemplificada por filósofos os quais possuem pontos de vista distintos em diversos aspectos, observa-se que a razão em si não é matéria de reflexão, nem tampouco ponto central da discussão filosófica moral, estando presentes elementos mais abstratos. No caso de Nietzsche, a sua maior preocupação é afastar os homens dos preconceitos morais e demonstrar o perigo advindo da moral massificada e castradora da natureza humana. Em Schopenhauer, observa-se que o centro de sua filosofia moral é a vontade e, no caso, de Sandel, a preocupação é com a construção histórico-cultural e sua influência no indivíduo.

A razão, aspecto tão importante para os socráticos, torna-se acessória para os contemporâneos; não que ela esteja excluída, mas não assume significativa relevância. Além da razão, percebe-se que os contemporâneos descartam, quase que completamente, a concepção de valores eternos ou imutáveis. Isso se deve ao tempo histórico, pois na contemporaneidade percebe-se maior fluidez de valores e

maior influência cultural diversa à ocidental, como é o caso de Schopenhauer que inspira muito na filosofia hindu, trazendo, assim, valores que entram em choque com a moral ocidental. Do mesmo modo Nietzsche, que insiste na impossibilidade de uma moral universal ou de valores eternos, devido à natureza humana da moral; igualmente Sandel que, no decorrer de seu livro, enumera diversos tipos de moral, trazendo uma diversidade de conceitos.

O que, portanto, se nota de modo indiscutível, é que todos os filósofos contemporâneos têm forte inspiração nos filósofos socráticos. Nietzsche em dose menor, mas quando se põe em oposição a moral do rebanho, remete a quebra do senso comum proposta pelos socráticos. Já Sandel usa da dialética de Platão e dos conceitos de finalidade de Aristóteles para construir a sua própria concepção de justiça e moral. Enquanto para explicar o mundo como vontade e representação, Schopenhauer traz a visão platônica do mundo sensível e o mundo das ideias.

A filosofia, enquanto ciência humana, passou por diversas transformações no decorrer da história, o que só faz aumentar a credibilidade dos filósofos que fizeram e/ou fazem parte desta ciência. Apesar das diversas novidades trazidas pelos contemporâneos, é possível extrair-se conhecimento das mais diversas linhas filosóficas, desde os antigos gregos, aqui representados pelos socráticos, até os filósofos atuais, figurados pela seleção de alguns dos mais marcantes filósofos contemporâneos.

Com seu conceito de autoconhecimento e busca pela verdade, Sócrates trouxe ao homem a luz da moral, a partir da qual o homem moral consegue reconhecer sua própria ignorância e, assim, buscar o conhecimento, o qual gera a capacidade de o homem comum tornar-se um homem virtuoso. Platão complementa a ideia de seu mestre e traz para a sua filosofia aspectos políticos, associando o ser humano virtuoso ao ser humano político. Para o filósofo, o homem que alcançou o conhecimento apesar do caminho sinuoso, vislumbrando o mundo das ideias, é capaz de gerir o que ele denomina “cidade ideal”. Desse modo, relaciona o ser moral ao ser político. Aristóteles, como discípulo de Platão, considera o ser humano como animal político, acreditando que a felicidade do homem viria através de uma cidade governada por um líder justo, fruto da moderação e da prudência. Nessa perspectiva, o ser moral aquele é aquele que possui sabedoria, temperança e real preocupação com o bem comum.

Entre os contemporâneos, Nietzsche traz a ideia do combate à moral do rebanho, alegando que essa moral massificada não traz nada de positivo para a construção do homem enquanto ser moral; na verdade, afasta-o dela. Considerando que não se pode analisar questões de cunho moral, reduzindo-as ao bom ou ao mal, e sim indo além de tais conceitos, desprende-se do que ele chama de preconceitos morais, considerando o bem e mal construções humanas, as quais não têm valor perene.

Já Schopenhauer apresenta o mundo como representação, sendo tal abstração a base de sua teoria moral, na medida em que relaciona tudo e todos à ideia de vontade, de forma que considera o homem virtuoso aquele que se liberta da vontade. Assim, a conduta positiva moral para este filósofo é aquela que traz a libertação do ciclo da vontade. Sandel expõe sua visão de moralidade atrelada à noção de justiça, chegando à conclusão de que a vida justa e moral advém da noção e do reconhecimento do homem como membro de uma sociedade, da valoração do sentimento de comunidade, atribuindo tais aspectos ao contexto histórico e cultural de cada conjunto social.

O ideal moral dos socráticos é, em síntese, relacionado indiscutivelmente com a capacidade racional do homem, a qual proporciona a busca pela sabedoria, responsável pela moralidade do homem, definindo o que seria o indivíduo moral e o caminho para tornar-se tal sujeito. Já a moral dos contemporâneos está atada, em vários níveis, ao reconhecimento do mundo como um espaço de múltiplas ideias. Desse modo, não buscam apontar um único caminho que leve à moralidade, como os socráticos, entretanto, não anulam o conceito moral dado por eles. Quanto à questão da pragmática de tais filósofos no contexto social atual, percebe-se que tanto os socráticos quanto os contemporâneos têm relevância em questões cotidianas e acadêmicas.

No caso dos socráticos, a título de exemplo, as questões trazidas por Platão são sempre atuais, em especial a ideia do mito da caverna, cujos conceitos estão simbolicamente propagados, seja em conversas cotidianas ou em filmes como **Matrix**. De 1999, este filme trata de um sistema de computador que forja uma falsa realidade, onde o personagem tem a opção de escolher o mundo real e o mundo que considera real, o que remete ao mundo fora e dentro da caverna. (GOBBI, 2019). Em relação aos filósofos contemporâneos, nota-se que Nietzsche, por

exemplo, apesar de se dedicar à filosofia, teve certa influência em áreas alheias à filosofia, como no caso da Psicanálise (NAFFAH NETO, 1997, p.42). Michel J. Sandel, como professor e filósofo, atua também dando palestras em diversas localidades, capazes de influenciar diversas pessoas e comunidades (GRISOTTO, 2017).

Os filósofos também são inspiração para outros campos da arte, como em uma popular série do serviço de streaming *Netflix*, a qual leva o nome de **Merlí**, que retrata a história de um professor de filosofia, o qual traz para a realidade de seus alunos diversas teorias filosóficas; cada episódio leva o nome de um filósofo. Na primeira temporada tiveram destaque os seguintes filósofos, Platão no segundo episódio, Aristóteles no quarto episódio, Sócrates no quinto episódio, Schopenhauer, sexto episódio, e Nietzsche no décimo terceiro episódio. Esta série é uma forma de popularizar a filosofia e trazer para atualidade o pensamento de tais filósofos, sendo mais um exemplo de como a filosofia demonstra sua praticidade e sua capacidade de adaptar-se a novos meios de promoção de suas ideias (ORRICHIO, 2018). Estes são apenas alguns exemplos do poder e da influência que os filósofos de ambos os períodos possuem na atualidade, pois suas concepções revelam-se perenes e capazes de atingir as mais diversas áreas, da acadêmica à cultural.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada para a conclusão deste trabalho científico mostrou-se frutífera, após realizada a explanação a respeito das teorias morais dos filósofos socráticos e contemporâneos. Analisadas suas semelhanças, diferenças e questões práticas é possível observar que, ao seu modo, cada um dos seis filósofos apreciados trazem um rico conteúdo moral, o qual podem ser apreciados em conjunto, apesar de trazerem conceitos distintos em diversos pontos de suas teorias.

Voltando a pergunta inicial sobre qual conjunto de filósofos teria maior influência na atualidade em relação à pragmática e benfeitorias, fica comprovado que ambas as vertentes mostram sua capacidade de atuação sobre diversos aspectos da vida moderna, além de trazerem diversas benesses para inúmeros campos da ciência.

Em sua teoria moral, os filósofos socráticos apresentam-se atuantes e necessários, principalmente no tocante ao reconhecimento da própria ignorância e no seu combate. Modo de tornar a sociedade *lócus* em que o respeito e a vontade de conhecer os fatos e acontecimentos cotidianos e científicos prevaleçam; imperativo necessário para a construção do homem moral na filosofia socrática. Já os filósofos contemporâneos trazem a importância de repensar aquilo que a sociedade impõe como correto, de modo a criar a uma nova quebra do senso comum, desvencilhando a moral de preconceitos e tendências egoístas, a fim de formar uma moral de comunhão e fortalecimento dos laços comunitários. Em decorrência disso, deixam à margem a definição determinativa do bom e do mau, proporcionando autonomia à sociedade moderna.

A moral em uma e outra vertente filosófica, prova-se extremamente benéfica para a sociedade atual, podendo extrair-se delas, em maior ou menor escala, os dizeres morais dos seis filósofos em análise, os quais têm ostensiva aplicabilidade prática na coletividade presente, conforme apresentado.

6. REFERÊNCIAS

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **O que é filosofia contemporânea**. 1ª Ed. São Paulo: Editora brasiliense, 2017.

GOBBI, Nelson. **Sete fatos sobre ‘Matrix’, nos vinte anos do filme**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/filmes/sete-fatos-sobre-matrix-nos-20-anos-do-filme-23680218>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

GRISOTTO, Raquel. **Michel J. Sandel, o popstar da ética**. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2017/05/michael-j-sandel-o-popstar-da-etica.html>. Acesso em: 06 agosto de 2019.

NAFFAH NETO, Alfredo. **Nietzsche e a psicanálise**. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria%20Eduarda/Downloads/7907-Texto%20do%20artigo-34812-1-10-20190408.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. 1ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

ORRICHIO, Luiz Zanin. **Capítulos de ‘Merlí’, da Netflix, mostram que a disciplina nada tem de chata**. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/televisao,capitulos-de-merli-da-netflix-mostram-que-disciplina-nada-tem-de-chata,70002188359>. Acesso em: 07 de agosto de 2019.

PASSOS, José Davi. **A busca da excelência moral do homem**. 1ª Ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PLATÃO. **Platão apologia de Sócrates**. 1ª Ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2017.

PRUDENTE, Mauro Godoy. **O conceito de prudência em Aristóteles**. 1ª Ed. Porto Alegre: Amazon, 2019.

REIS, Alexandre H. **Filosofia e Ética Cinco lições de ética para uma introdução à filosofia**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora Educacional, 2008.

SANDEL, Michel J. **Justiça O que é fazer a coisa certa**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto editora, 2014.

SILVA, Luciano Tertuliano. **O desvirtuamento da retórica como instrumento de controle estatal das fontes jurídicas**. 1ª Ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2013.